

**ALIMENTANDO PELEJAS: NOTAS SOBRE A POLÊMICA TRAVADA
ENTRE JOSUÉ DE CASTRO E GILBERTO FREYRE ACERCA DA DIETA DO
ESCRAVO BRASILEIRO**

André Luiz de Miranda Martins

Professor Associado, Centro Acadêmico do Agreste, UFPE

andree.mart@hotmail.com

Resumo

À base de pesquisa bibliográfica, no presente artigo pretende-se examinar a ênfase dada pelo ilustre pensador de Santo Antônio de Apipucos, Gilberto Freyre, à “boa” alimentação do escravo africano, sem dúvida para assegurar que fosse bem explorado no eito, mas que se apresentava, afirmava-o, como eventualmente superior, em termos nutricionais, à do colonizador e seu senhor. A crítica a essa polêmica afirmação foi tecida pelo médico, nutrólogo e geógrafo Josué de Castro, na forma de uma resposta incisiva (publicada em jornal recifense, em 1934), às discordâncias que Freyre apresentara, já na primeira edição de *Casa-Grande & Senzala*, à sua tese de fisiologia da nutrição. Concepções diferentes sobre o problema alimentar brasileiro marcam a polêmica travada – em torno da alimentação do escravo do eito – entre Gilberto Freyre e Josué de Castro. Ali onde Freyre constata benevolência e harmonia (e tenciona difundir essa constatação), Castro enxerga a origem de uma opressão alimentar que seria o traço primeiro do subdesenvolvimento no território brasileiro. Opressão que, passadista, Freyre deseja imputar apenas à industrialização, à transição dos engenhos à usina. Contraponha-se, por exemplo, a defesa do escravo dieteticamente bem cuidado de Freyre, à base de um regime alimentar opressivo – que só por meio de grosso filtro ideológico e linguagem mistificadora se pode entender e descrever como benevolente –, à defesa da liberdade alimentar do africano de Josué de Castro. Na transição para um regime de trabalho livre, a opressão adquirirá ares de perversão alimentar (parcamente) assalariada.

Palavras-chave: alimentação; Gilberto Freyre; Josué de Castro

Introdução

É digna de nota a atenção dispensada por Gilberto Freyre, em alguns dos seus principais escritos, à temática da alimentação. Com efeito, terá partido da sociologia e da história social freyrianas a iniciativa, talvez pioneira, da integração do debate da alimentação ao debate da formação social brasileira. Associou alimentação a raça, e teceu importantes argumentos sobre o problema alimentar brasileiro, de lento cozimento – desde os tempos coloniais e arrastando-se por séculos de monocultura e escravismo.

Fê-lo, no entanto, da perspectiva do regaço da (e **de**) Casa-Grande, vacilantemente assentada no massapê e “muito lambusada de mel de tanque para não transviar às vezes algum espírito desprevenido”, como se lê em uma crítica metodológica sagaz como a de

Sérgio Buarque de Holanda¹. Não foram poucas as críticas feitas à perspectiva freyreana, vale registrar. Não foram poucos os seus críticos.

À base de pesquisa bibliográfica, no que segue pretende-se examinar a ênfase dada pelo pensador de Santo Antônio de Apipucos à “boa” alimentação do escravo africano, sem dúvida para assegurar que fosse bem explorado no eito, mas que se apresentava, afirmava-o, como eventualmente superior, em termos nutricionais, à do colonizador e seu senhor. A crítica a essa polêmica afirmação foi tecida pelo médico, nutrólogo e geógrafo Josué de Castro, na forma de uma resposta incisiva (publicada em jornal recifense, em 1934), às discordâncias que Freyre apresentara, já na primeira edição de *Casa-Grande & Senzala*, à sua tese de fisiologia da nutrição.

A discórdia suscitada – que reapareceria na obra magna de Castro, *Geografia da Fome* – apontaria para a importância das hostilidades e rivalidades (e, eventualmente, das rupturas) naquelas “estruturas elementares da sociabilidade intelectual” a que se refere o historiador dos intelectuais Jean-François Sirinelli². Também denota um esforço de delimitação de espaços em campos do saber em definição, no Brasil e no Recife, nos anos 1930: a sociologia, a antropologia, a nutrição.

Contudo, antes da apresentação da polêmica Castro-Freyre, cabem, aqui, leves pitadas de economia política do trabalho e de história atlântica, ingredientes necessários a um esboço de interpretação histórica – de postulados mais gerais para situações concretas, que deem conta da especificidade histórica da escravidão no Novo Mundo, e que permitam, ainda, uma reflexão sobre a condição alimentar do escravo nessas paragens.

Alimentação e opressão nos trópicos coloniais escravistas

Não há retoques de monta, no trecho que segue, neste quadro geral pintado por Gilberto Freyre:

Em toda parte onde vingou a agricultura, dominou no Brasil escravocrata o latifúndio, sistema que viria privar a população colonial do suprimento equilibrado de alimentação sadia e fresca [...]. De modo que, admitida a

¹ Em *Tentativas de Mitologia* (Holanda 1979, p. 103).

² Sirinelli (2003).

influência da dieta [...] sobre o desenvolvimento físico e econômico das populações, temos que reconhecer ter sido o regime alimentar do brasileiro, dentro da organização agrária e escravocrata que em grande parte presidiu a nossa formação, dos mais deficientes e instáveis [...]. A mesma economia latifundiária que tornou possível o desenvolvimento econômico do Brasil [...], envenenou-o e perverteu-o nas suas formas de nutrição e de vida. (Freyre, 2003, p. 94-96)

A perversão dietética era apenas um aspecto da devastação mais geral do meio ambiente da costa e zonas úmidas nordestinas, provocada pelos negócios do açúcar. Sem exagero algum, a cana comeu tudo, tingindo a paisagem com seu verde nocivo. E a monocultura, “grave doença da economia agrária”, lograria desfazer “toda influência benéfica que a cultura peninsular” de policultura, base de um regime alimentar rico em vegetais, legado da secular dominação árabe dos ibéricos, “deveria ter trazido ao tipo de dieta do Nordeste brasileiro” (Castro, 1992, p. 126-130).

Algumas das melhores descrições da devastação em nome dos lucros do “ouro branco” são mesmo da pena freyriana: “Só a cana devia rebentar gorda e triunfante do meio de toda essa ruína de vegetação virgem e de vida nativa esmagada pelo monocultor” (Freyre, 2004, p. 79).

No entanto, interpretando desde (a) Casa-Grande, o ilustre pensador pernambucano erra na mão ao abordar temas mais específicos: no caso, da alimentação do escravo africano no Brasil colonial.

Naquelas situações históricas típicas do escravo de plantação, nomeadamente, as das zonas úmidas do Nordeste brasileiro, as áreas antilhanas e caribenhas onde se praticou a plantation escravista (em algumas dessas áreas, praticamente toda a extensão de seus territórios) e o Sul escravagista e agrário-exportador dos Estados Unidos, a apreensão do sentido do escravismo se torna mais dificultosa, por nuançada. Ali corresponderão a uma série de investimentos em capital fixo os custos com o trabalho escravo, que é todo desempenhado em benefício de seu senhor, que goza da exclusividade do acesso à sua força de trabalho (MINTZ, 2010).

O sustento do escravo articula-se necessariamente, portanto, às relações de propriedade e de trabalho escravistas: propriedade de seres humanos, coisificados, dos quais se obtém trabalho (ou mais trabalho) à base da coerção – em maior ou menor grau,

mas, sempre, coerção, opressão. Integrante das providências de sustento, e das provisões que mobiliza, o regime alimentar constituído a partir dessas relações, será, igual e necessariamente, um regime de opressão alimentar, assim como os hábitos alimentares que o caracterizam.

A razão da discórdia: Josué de Castro contesta Gilberto Freyre

Uma das primeiras críticas feitas à concepção da supostamente boa alimentação dispensada ao escravo do eito foi feita em terras recifenses, pelo Dr. Josué de Castro, no contexto do artigo “Casa-Grande & Senzala”, publicado no jornal recifense Diário da Manhã, em 3 de fevereiro de 1934³.

Médico formado no Rio de Janeiro, havia pouco estabelecido em consultório no Recife – com clientela florescente, por sua reconhecida competência na especialidade da endocrinologia –, iniciando, também, carreira acadêmica na capital pernambucana (a sua querida terra dos mangues, e tão diferente da mesma Recife de Freyre!) o futuro sociólogo da fome no Brasil ficaria explicitamente remordido com as críticas desferidas pelo pensador de Santo Antônio de Apipucos, em *Casa-Grande & Senzala*, ao seu trabalho *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*, apresentado em 1932 como tese de livre-docência à recém-fundada Faculdade de Medicina.

Freyre expressaria sua aberta discordância com as conclusões deste trabalho de fisiologia da nutrição, contrapondo-as às suas próprias conclusões, às quais chegara, em sua obra magna, pelas vias da etnografia e da sociologia. É assaz conhecida a passagem em que consta tal discordância, fomentada pela discussão das origens coloniais-mercantis das deficiências alimentares brasileiras. A citação seguinte é do próprio artigo de Castro, baseada na (paginação da) edição de 1933 de *Casa-Grande & Senzala*:

À pag. 65 do seu livro, Gilberto Freyre, falando da deficiência de cálcio na nossa alimentação alude a um pedaço de minha tese onde eu falo dos hidratos de carbono. Sem que eu possa entender a relação que existe entre as duas coisas, cito a referência do sociólogo: “Inteiramente errado, ao nosso ver, Josué de Castro no seu trabalho ‘O Problema Fisiológico da Alimentação Brasileira’,

³ Reproduzida em *Ciclo...* [1983, p. 235-241].

no qual chega, aliás, do ponto de vista fisiológico e através da técnica mais recente na sua especialidade, às mesmas conclusões gerais que nós neste ensaio pelo critério sociológico e pela sondagem dos antecedentes sociais do brasileiro, isto é, ‘muitas das consequências mórbidas incriminadas aos efeitos desfavoráveis do nosso clima são o resultado do pouco caso dado aos problemas básicos do regime alimentar’ – quando considera os alimentos ricos de hidratos de carbono os... ‘de aquisição mais barata pela sua abundância natural em um país agrícola como o nosso’” (Castro, apud. *Ciclo...*, p. 236-237)

Josué de Castro parte para uma briosa defesa de seu trabalho “médico-científico”, haja vista que, “tendo o Gilberto, sem ser médico, o comentado à maneira de sociólogo”, estar-lhe-ia franqueada a palavra-réplica – “eu também sem ser sociólogo falarei do livro dele [*Casa-Grande...*] como médico” (Castro, apud. *Ciclo ...*, p. 235):

considerando o trabalho certo em conjunto, o ilustre sociólogo acha inteiramente errada a afirmação que me atribui, de que são os alimentos ricos de carbono os de aquisição mais barata. Ora este pedaço, essa afirmação não existe na minha tese; é portanto uma citação falsa. Nem na tese, nem falando, nem pensando, nunca me veio à mente tamanha heresia. Eu nunca falei de alimentos ricos em carbono, e sim em hidratos de carbono. Coisa inteiramente diferente [...]. Nenhum menino de escola que estude química diria essa coisa tremenda que o Gilberto Freyre, sem má intenção, assevera que eu disse, fazendo-me uma citação errada. Digo sem má intenção porque isso decorre unicamente de que, como sociólogo, ele desconhece inteiramente química e biologia, principalmente em seus aspectos prosaicos de detalhes e chega a cometer desses enganos à larga, sem se aperceber. (Castro, apud. *Ciclo...*, p. 237-238)

Todos os alimentos – e, portanto, todos os elementos nutricionais, carboidratos (assim chamados hoje em dia os hidratos de carbono), proteínas, gorduras, vitaminas, minerais – são ricos em carbono, “pois se não os alimentos orgânicos!” (Castro, apud. *Ciclo ...*, p. 237). Segue o Dr. Castro em sua defesa-ataque:

Explicado o erro de citação e supondo, o que é evidente, que o sociólogo queria dizer hidrato de carbono em lugar de carbono, e continue discordando de minha

afirmação transcrita corretamente, eu quero provar, provar digo mal porque é uma coisa provada por si própria, que mostrar com maior evidência que estou inteiramente certo. Aliás, quem faz esta demonstração sem o saber é próprio Gilberto Freyre. Cita esse outro pedaço meu: “a alimentação intuitiva, habitual das classes trabalhadoras está, sob esse ponto, de acordo com os fundamentos fisiológicos (*isto é, rica em hidratos de carbono*)”. E acrescenta criticando, mostrando seu ponto de vista: “Procuramos indicar neste ensaio justamente o contrário, que a monocultura sempre dificultou entre nós a cultura de vegetais destinados à alimentação. Do que ainda hoje se sente o efeito na dieta do brasileiro – na do rico e na do pobre. Nesta o legume entra raramente, uma fruta ou outra, a rapadura ou mel de furo, um peixinho fresco ou a carne de caça, quebra quando Deus é servido, a rigidez do regime alimentar do brasileiro pobre, farinha, charque e bacalhau. O próprio feijão é luxo.” Ora, com todas estas palavras escritas com a intenção de provar o meu erro, o sociólogo demonstra, química e biologicamente, o meu acerto. (Castro, apud. *Ciclo...*, p. 238-239. Itálico no original)

Com efeito, todos os alimentos citados, componentes basilares da alimentação do brasileiro, constituíam (e constituem) fontes ricas de hidratos de carbono. A questão residiria em uma alimentação fundamentalmente, fisiologicamente desbalanceada – aspecto com o qual concordam, ademais, Castro e Freyre, e até mesmo em seus determinantes históricos: o latifúndio monocultor e escravista ditaria por séculos uma dieta desequilibrada, que chegaria à mesa da classe trabalhadora, condenando-a à morte prematura.

O Dr. Josué, a propósito, chegara a essa verdade em 1933, quando do inquérito que resultaria no estudo *As condições de vida das classes operárias no Recife: estudo econômico de sua alimentação* (Castro, 1935; 1965), marco das pesquisas sobre condições alimentares no Brasil, bem como de uma sequência de trabalhos que dariam em sua *Geografia da Fome* e indicativa de sua formação como “sociólogo da fome”, para quem a fome não era expressão senão do subdesenvolvimento.

Seus trabalhos dos anos 1930 revelam-se comprometidos com o descrédito das teses eugênicas, quando voltadas à explicação da baixa produtividade do trabalhador brasileiro, e em particular o nordestino. “Se a maioria dos mulatos se compõe de seres estiolados, com *deficit* mental e incapacidade física, não é por efeito duma tara racial, é

por causa do estômago vazio. Não é mal de raça, é mal de fome” (Castro, 1965, p. 67. Itálico no original).

Contudo, o pensador de Santo Antônio de Apipucos quer acreditar que se chega a tais conclusões, com propriedade, sobretudo pelos itinerários sociológicos – ou, antes, pelos **seus** itinerários sociológicos. Como apontar sua correção?

Finalmente, com monocultura ou policultura, com todas as invenções sociológicas do mundo, eu acho difícil do sociólogo provar que batata, macaxeira, fruta-pão, cará, inhame, milho e arroz, que são coisas ricas em hidratos de carbono, não são mais baratas que carne, ovos e manteiga, que são os alimentos ricos em albuminas e gorduras. E sem provar isto, é o sociólogo que está inteiramente errado. Agora, como se explica com a sua decantada cultura sociológica, com o seu espírito profundo e com a sua admirável intuição dos fatos sociais tenha cometido toda essa confusão, toda essa embrulhada? É que essa questão de alimentação não é tão superficial como parece e não se aprende por intuição nem com uma leitura de afogamento dos grandes mestres. (Castro, apud. *Ciclo...*, p. 240)

Intelectuais em peleja! Pelo testemunho de Otávio Pernambucano, amigo próximo de Josué de Castro, *O problema fisiológico da alimentação no Brasil* “deu problema”:

em princípios de 1934 aparecia ‘Casa Grande & Senzala’, em que Gilberto Freyre contestava com exagerado desembaraço aquela obra: ‘inteiramente errado, ao nosso ver Josué de Castro no seu trabalho, etc....’ Ele passou-me o Diário da Manhã de 3.FEV. 34 onde saiu sua contradita feita em cima da perna, como se podia ver. Devolvi-lhe o Diário estranhando a raiva que manifestava pois se ganho a briga acho bom ter sido provocado. ‘É, mas ele sai ganhando duas vezes, quando alguém lê o livro dele e não lê este artigo, e quando forem lançadas as futuras edições de Casa Grande expurgadas dos erros que aponto, sem que faça a mínima referência à nossa controvérsia’”. (Pernambucano, 1983, p. 212-213)⁴

⁴ Com efeito, em edições posteriores de Casa-Grande & Senzala se nota a correção, o “expurgo” dos equívocos apontados pelo Dr. Castro.

Do forno freyreano da falta de rigor científico sairiam outros biscoitos, com o destaque para as afirmações, algo míticas, feitas a respeito da alimentação do escravo do eito:

Gilberto Freyre, que cita no seu trabalho obras notáveis de nutrição [...], não possui um conhecimento básico de química e de biologia que lhe permita penetrar inteiramente nestes assuntos especializados. Nunca consultou mesmo uma tábua de composição dos alimentos, porque sem toda essa erudição pseudo-científica e apenas com uma tábua dessas, ele não cometeria erros como esse e outros que se vêem no seu livro e que não seriam cometidos por nenhum calouro de medicina que estudasse química e fisiologia. Por exemplo, à pág. 63 ele diz que a nutrição da família colonial brasileira é má “pela pobreza de evidente de proteínas e possível de albuminóides”. E diz isso ingenuamente, pensando que proteínas e albuminóides são duas coisas diferentes [...]. Na pág. 69, tratando da alimentação dos escravos ele diz: “sua abundância em milho, toucinho e feijão recomenda-a como regime apropriado ao duro esforço exigido do escravo agrícola”. Ora, esse regime que o sociólogo julga racional é capaz de matar por deficiência até um inativo quanto mais um escravo forçado a trabalhos exaustivos. Onde neste regime se encontram a albuminas de alto valor biológico contendo os ácidos aminados indispensáveis ao equilíbrio nutritivo? (Castro, apud. *Ciclo...*, p. 240)

Subjazem, aqui, senão os propósitos econômicos, na torta racionalidade do escravismo: botar a máquina para “moer”; dela extrair o maior rendimento possível, amortizando-a sem demora, em detrimento de sua manutenção:

Quando o senhor fornecia ao negro uma dieta mais abundante de feijão, farinha, milho ou toucinho, não melhorava o seu regime alimentar, senão num único aspecto: no de abastecê-lo de maior potencial energético sem minorar nenhuma das suas deficiências qualitativas, agravando mesmo algumas delas [...]. Dava-lhe maiores quantidades de combustível, sem nenhum cuidado pelos reparos necessários na máquina de combustão. (Castro, 1992, p. 146)

A atribuição de um padrão histórico de nutrição diferenciada, por superior, do escravo africano no Brasil, é retomada por Freyre em *Sobrados e Mucambos*, a propósito

das transformações nas relações entre senhores e escravos ocorridas quando dos primeiros surtos de um infante sistema fabril, que, no Império, acompanha a expansão e diversificação das atividades econômicas no território brasileiro: mineração, cotonicultura e cafeicultura, nas Gerais, no Maranhão, em São Paulo, marcadas, segundo Freyre,

nas suas fases de precoce industrialização da economia, por um abandono do escravo pelo senhor ou por uma exploração do operário – reduzido à condição de máquina – pelo patrão, que não caracteriza nem o nordeste agrário nem o Rio Grande do Sul e os sertões pastoris, nas suas relações entre senhores e escravos ou servos: entre senhores de engenho tutelares e escravos quase pessoas da família; entre fazendeiros e estancieiros, igualmente tutelares, e servos quase pessoas de casa. (Freyre, 2003, p. 400-401)

Tem-se aqui aspecto importante da interpretação de Brasil por Freyre: sua defesa das relações com o trabalho escravo, supostamente mais adocicadas, familiares até, verificadas nas áreas de colonização e exploração mais antigas e predominantemente agrárias, contraposta à embrionária urbanização e “industrialização” de outras áreas. Dessa contraposição se desdobrará sua interpretação, **patriarcal**, da alimentação do escravo.

Tais relações teriam de refletir-se, como se refletiram, na alimentação dos escravos que, nas áreas industrializadas, alterou-se quase sempre no sentido de sua degradação, desde que ao industrial precoce – como foram o mineiro, desde o século XVIII, e o maranhense e o paulista, desde o século XIX – interessava mais esgotar rápida, comercial e eficientemente a energia moça do escravo (substituto de máquina e não apenas de animal) que prolongar-lhe a vida de pessoa servil e útil – mas pessoa, ou, no mínimo, animal – através de alimentação farta e protetora – embora com aparência de rude – e de habitação igualmente protetora – embora com característicos de prisão: as senzalas de pedra e cal. (Freyre, 2003, p. 400-401)

Diante de uma alimentação representada como rude em sua aparência, mas protetora, e de condições de moradia que, não obstante terem “característicos de prisão”,

seriam, do mesmo modo, protetoras (de quem? contra quem? ...), percebe-se o potencial radicalismo de Freyre como lacunar, furtivo, não mais que latente: “ensaia as acusações as mais severas sobre a monocultura e a classe patriarcal, mas frustrará quem busca em sua obra sentenças absolutas; subversivo reticente, Freyre passeia ao lado do abismo, mas não se atira nele de cabeça para baixo” (Silva, 2014, p. 9)⁵.

O que tencionava o pensador de Santo Antônio de Apipucos? Sabe-se de seu enorme e devidamente reconhecido esforço intelectual para qualificar a contribuição do escravo africano – e do negro brasileiro, ante um ferrenho intelectualismo eugênico vigente nos anos 1920-1930 – na formação social brasileira (e, dentro desta, evidentemente a culinária). Não obstante, seus excessos interpretativos alimentares delineiam curiosas pirâmides nutricionais, reveladoras das amarras de classe de seu pensamento:

O que conhecemos, **por outras fontes de informação**, do regime alimentar daqueles escravos que foram os típicos – e não os atípicos – do nosso sistema patriarcal, **autoriza-nos a generalizar** ter sido o escravo de casa-grande ou sobrado grande, de todos os elementos da sociedade brasileira, o mais bem nutrido. Nutrido com feijão e toucinho; com milho ou angu; com pirão de mandioca; com inhame; com arroz [...]. Também o quiabo, o dendê, a taioba e outras “folhas”, outros “verdes” ou “matos” de fácil e barato cultivo, e desprezados pelos senhores, entravam na alimentação do escravo típico. (Freyre, 2003, p. 401-402. Negrito: quais seriam as “fontes de informação” a autorizar a generalização feita por Freyre?)

A defesa de semelhante regime alimentar se dá por comparação e, como de regra, na estilística gilbertiana, por uma profusão de exemplos – e de impressionismo: enquanto escravo, o africano foi, “de modo geral, elemento melhor nutrido que o negro ou mestiço livre e que o branco pobre de mucambo ou palhoça do interior ou das cidades, cuja alimentação teve que limitar-se, de ordinário, ao charque ou ao bacalhau com farinha” (Freyre, 2003, p. 401-402).

Ao que tudo indica, passaram despercebidos a Gilberto Freyre as formas de aquilombamentos que, desde a Colônia, estabeleceram micro comunidades assemelhadas

⁵ Sobre a estilística de Freyre, veja-se a análise percuciente de Moema Selma D’Andrea (1992).

às camponesas, com particulares práticas agrícolas e de provisão de alimentos, bem como de uma culinária muito mais etnicamente identitária.

O impressionismo é retomado na comparação do regime alimentar do escravo com a dieta dos senhores:

Melhor nutrido que o próprio senhor de engenho ou o fazendeiro ou o dono de minas quando meão ou médio nos seus recursos – e os fazendeiros ou senhores de engenho desse tipo foram, entre nós, a maioria – de alimentação também caracterizada pelo uso excessivo do charque e de bacalhau seco a farinha de mandioca [...]. Quanto à mesa dos ricos senhores de engenho de casas-grandes e dos sobrados mais opulentos, não nos esqueçamos de que foi ela quase sempre prejudicada pelo excesso de conservas importadas da Europa [...]. De onde muito alimento deteriorado ou rançoso consumido pela gente nobre dos sobrados que desdenhava das verduras ou matos frescos, comidos pelos negros ou pelos escravos. (Freyre, 2003, p. 402)

Foram questões histórico-econômicas – o primado da monocultura escravista que asfixiava o cultivo e a provisão variada de alimentos da terra – e histórico-culturais – a modorrenta adaptação a novos hábitos e práticas alimentares – que concorreram para que, acompanhando a formação social brasileira, se sedimentassem dietas regionais às quais se associaram diferentes insuficiências e desequilíbrios nutritivos e, por essa via, diversos quadros patológicos, endêmicos.

Isto o reconheceu o próprio Freyre, ainda que a elaboração mais técnica e devidamente documentada de tal tese remeta aos trabalhos de Josué de Castro: “a maior parte das endemias reinantes no Nordeste que ceifam o grosso da vida de suas populações tem na fome um fator etiológico de alta significação. As chamadas doenças de massa se enxertam sobre os quadros de fome como uma decorrência natural” (Castro, 1992, p. 168). Mas ocorre de, neste particular, a uma “imprecisão gilbertiana” somar-se um gilbertiano finca-pé benevolente e patriarcalizante:

São pontos, estes, que devem ser recordados com insistência contra a generalização, baseada quase sempre no sentimentalismo antiescravocrático ou no furor doutrinário dos que desejam acomodar a história das sociedades patriarcais a este ou aquele *ismo*, de que, em tais sociedades, o escravo foi

sempre e sob todos os aspectos um “mártir”, um “sofredor”, um “mal-alimentado”. A verdade é que houve sociedades, como a brasileira, nas quais, de modo geral, o escravo das áreas ortodoxamente patriarcais – as caracterizadas pelo maior domínio de família tutelar – tiveram um tratamento, um regime de alimentação, um gênero de vida superiores aos dos escravos em áreas já industriais ou comerciais, embora ainda de escravidão, caracterizadas pela tendência à impersonalização ou despersonalização das relações de senhor com escravo, reduzido à condição impessoal de máquina e não apenas de animal. (Freyre, 2003, p. 402-403)

Há, realmente, diversos modos de acomodação da História, dos seus campos, a tal e qual *ismo*. Gilberto Freyre não parece evadir-se ao costume. Desde a *Casa-Grande*, estendendo-se em *Nordeste* e em *Sobrados e Mucambos*, e ademais permeando sua vasta obra, seu patriarcalismo acomoda o escravo do eito no Nordeste em um surpreendente lugar histórico de proteção e benevolência.

Proteção e benevolência que cessariam ante a transição dos engenhos para as usinas, do trabalho escravo ao assalariado, das relações de propriedade da terra, que criou “usinas possuídas de longe, algumas delas por fulano ou sicrano & companhia, firmas para as quais os cabras trabalham sem saber direito para quem” (Freyre, 2004, p. 177). A cana, que degradara o negro em escravo, converte-o agora em pária.

A verdade é que talvez em nenhuma outra região do Brasil a extinção do regime de trabalho escravo tenha significado tão nitidamente como no Nordeste da cana-de-açúcar a degradação das condições de vida do trabalhador rural e do operário. A degradação do homem. Da assistência ao escravo – assistência social, moral, religiosa, e até médica, que bem ou mal era praticada pela maioria dos senhores escravocratas no interesse das próprias terras, da própria lavoura, do próprio açúcar, da própria família (em contato direto com parte da escravaria e indireto com toda a massa negra) – quase não resta senão um traço ou outro, uma ou outra tradição mais sentimental do que efetiva, nos engenhos mais velhos, em uma ou em outra usina de senhor menos ausente do campo [...]. Essa industrialização, não parece que possa continuar a fazer-se no interesse de tão poucos e contra a saúde e a vida de tantos; a favor do açúcar e contra tantas fontes naturais de vida da região, hoje abandonadas, estancadas ou corrompidas. (Freyre, 2004, p. 177-178)

Não percebe o pensador de Santo Antônio de Apipucos que tudo o que se fez, nas zonas úmidas do Nordeste, sempre se fez, prioritariamente, “a favor do açúcar”? Contraponha-se, aqui, a defesa do escravo dieteticamente bem cuidado de Freyre, à base de um regime alimentar opressivo – que só por meio de grosso filtro ideológico e linguagem mistificadora se pode entender e descrever como benevolente –, à defesa da **liberdade alimentar** do africano de Josué de Castro:

Como povo de tradição agrícola, de tipo de agricultura de sustentação, o negro reagia contra a monocultura de forma mais produtiva do que o índio. Desobedecendo às ordens do senhor e plantando às escondidas seu roçadinho de mandioca, de batata-doce, de feijão e de milho. Sujando, aqui e acolá, o verde monótono dos canaviais com manchas diferentes de outras culturas. Benditas manchas salvadoras da monotonia alimentar da região. Que o negro nunca perdeu esse instinto policultor, esse amor à terra e às plantações, apesar da brutalidade com que fora arrastado de sua terra, com todas as raízes culturais violentamente arrancadas, é o que podemos verificar através do estudo da organização econômico-social dos quilombos, dos núcleos de negros fugidos e escondidos no mato. Palmares, o mais significativo dos núcleos de libertação negra da tirania monocultora, se apresenta como uma demonstração decisiva da absoluta integração do negro à natureza regional. (Castro, 1992, p.133)

No entanto, Palmares e outros quilombos seriam, ao longo dos séculos, arrasados... Quanto à transição para o trabalho assalariado, teria esta outro destino, outra conformação histórica em uma região, tal qual a zona úmida nordestina, tão dependente de uma economia de plantação – e por isso mesmo tão profundamente escravista?

À grave crise da economia açucareira, vivida com intensidade no Pernambuco de Freyre, e ademais ao tempo de seus escritos magnos (anos de 1920 e 1930), adotou-se um ajuste efetivamente de economia patriarcal à mão-de-obra livre. Livre, mas nem tanto, confinada que ficou ao regime fundiário de morada, como agregados, com a permissão de terem seu roçado e seu pequeno criatório, conquanto permanecessem sempre à disposição do grande proprietário.

Preservava-se um sistema produtivo regional em crise e se preservavam grandes bolsões de força de trabalho disponíveis a salários aviltantes – quando eram efetivamente

pagos, ademais: “em anos particularmente difíceis, quando os preços desencorajavam o pagamento de qualquer salário, o fazendeiro podia sempre retrair-se, depender exclusivamente dos agregados residentes” (Levine, 1980, p. 60). Arranjo que engendrou pirâmides alimentares das mais cruéis.

E não seria senão o passado, para qual olha um Gilberto Freyre nostálgico da alimentação farta dos escravos e da benevolência de senhores não muito bem alimentados, contudo em estranha convivência harmônica, o fiador da constituição de um crescente, indistinto, parcamente remunerado e **faminto** rebotalho à disposição do capital?

Considerações finais

Pela via de uma história da alimentação, Gilberto Freyre procurou resgatar da marginalidade a contribuição negra africana. Resgate que, como se sabe, integrava o projeto regionalista de influência cultural dos anos 1920 e 1930. Abordou-o, no entanto, repita-se, desde uma perspectiva patriarcal. E isto mesmo quando, por vezes, dispensa o glacê da benevolência para com o escravismo e reconhece e destaca a ferida primordial da escravidão, que, estrutura básica da economia de plantação e do sistema atlântico – *sem escravos, não há açúcar* –, representaria, historicamente, um comprometimento definitivo àquela provisão de alimentos favorável a uma alimentação que hoje se qualifica como balanceada.

Concepções diferentes sobre o problema alimentar brasileiro marcam a polêmica travada – em torno da alimentação do escravo do eito – entre Gilberto Freyre e Josué de Castro, mais por iniciativa (ou agastada reação, vale registrar) deste último. Ali onde Freyre constata benevolência e harmonia (e tenciona difundir essa constatação), Castro enxerga a origem de uma opressão alimentar que seria o traço primeiro do subdesenvolvimento no território brasileiro. Opressão que, passadista, Freyre deseja imputar apenas à industrialização, à transição dos engenhos à usina.

Sabe-se, contudo, que, preado, feito escravo e transplantado às terras estranhas do Novo Mundo, ao negro africano restaria comer, no interesse dos negócios do açúcar, aquilo, e somente aquilo, que lhe facultava a autoridade do senhor de engenho. Este ainda logrou incutir-lhe interdições a diversas comidas (sendo os mais comuns os relacionados às frutas), tabus alimentares sem qualquer fundamento fisiológico nutricional, “espécie

de policiamento moral que os proprietários mantinham para defesa dos seus bens”⁶, que se enraizariam nas práticas alimentares brasileiras, principalmente as nordestinas. Na transição para um regime de trabalho livre, a opressão adquirirá ares de perversão alimentar (parcamente) assalariada.

Acrescente-se à aludida controvérsia uma perspectiva de classe e ter-se-á uma peleja opondo um Freyre “pernambucano” e um Josué “recifense”. Isto é, um descendente do patriciado rural, da nobreza da terra, dos ditos “naturais de Pernambuco”, e um prócer das classes populares, filho de pai migrante da Paraíba, e que ascendeu socialmente aos estratos médios urbanos do Recife. Difícil não ponderar a influência dessas posições de classe na construção das respectivas formulações freyrianas e castrianas.

Note-se, por fim, que a controvérsia narrada acima não seria pontual. O pernambucano e o recifense continuariam a divergir. Entre os anos 1930 e 1950, conquistariam posições intelectuais de destaque – contudo, em contextos institucionais e em “microclimas”⁷ distintos, desde os quais soprariam ventos interpretativos tantas vezes divergentes. E que não reste dúvida: da alimentação, dos gostos, das comidas, do seu preparo e das condições de sua provisão, servem-se uma ou mais interpretações do Brasil. Contudo, quem paga o prato dita os temperos?

Referências

CASTRO, J. *Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)*. 11. ed. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.

_____. [1934]. Casa Grande e Senzala. In: *Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro: Depoimentos*. Recife: Academia Pernambucana de Medicina/ UFPE, 1983.

_____. As condições de vida das classes operárias no Nordeste. In: *Documentário do Nordeste*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965, p. 67-79.

_____. *Fisiologia dos tabús: com um apêndice contendo vários tabús alimentares brasileiros*. São Paulo: Melhoramentos, 1938.

⁶ Castro (1992, p. 154). O tema das interdições alimentares fora originalmente desenvolvido por Josué de Castro em *Fisiologia dos tabús* (Castro, 1938).

⁷ Sirinelli (op.cit.).

_____. *As condições de vida das classes operárias no Recife: estudo econômico de sua alimentação*. Rio de Janeiro: Dep. de Estatística e Publicidade, Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1935.

D'ANDREA, M. S. *A tradição re(des)coberta: Gilberto Freyre e a literatura regionalista*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1992.

FREYRE, G. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 14. ed. rev. São Paulo: Global, 2006.

_____. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 48. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

HOLANDA, S. B. *Tentativas de mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

LEVINE, R. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MINTZ, S. Era o escravo de plantação um proletário? In: *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. 2. ed. rev. ampl. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010, p. 139-168.

PERNAMBUCANO, O. Josué de Castro. In: *Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro: Depoimentos*. Recife: Academia Pernambucana de Medicina/ UFPE, 1983. p. 195-235.

SILVA, N. C. Culinária e alimentação em Gilberto Freyre: raça, identidade e modernidade. *Latin American Research Review*, vol. 49, n. 3, 2014.

SIRINELLI, J-F. Os intelectuais. In: RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003, p. 231-269.